

LEVANTAMENTO DOS MARCOS LÓGICOS E LEGAIS DO SISTEMA PRISIONAL

1. Marcos Lógicos

| <i>NORMATIVAS INTERNACIONAIS</i> | | |
|---|------|--|
| Publicação/Origem | | Ementa |
| <u>DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS</u> | 1948 | Lista os direitos e deveres fundamentais de todo ser humano. |
| <u>Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem</u> | 1948 | Resolução XXX, Ata Final, aprovada na IX Conferência Internacional Americana, em Bogotá, em abril de 1948. Cita os direitos essenciais do homem, que os Estados americanos devem reconhecer. |
| <u>Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos</u> | 1955 | Aprova as Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos, adotadas pelo Primeiro Congresso das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes. |
| <u>CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (PACTO DE SAN JOSÉ DE COSTA RICA)</u> | 1969 | Reconhece os direitos e deveres essenciais da pessoa humana. |
| <u>CÓDIGO DE CONDUTA PARA OS FUNCIONÁRIOS RESPONSÁVEIS PELA APLICAÇÃO DA LEI</u> | 1979 | Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas na sua resolução 34/169, de 17 de Dezembro de 1979. |
| <u>CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES</u> | 1984 | Adotada pela resolução n. 39/46 da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1984 e ratificada pelo Brasil em 28 de setembro de 1989. |
| <u>Conjunto de Princípios para a Proteção de Todas as Pessoas Sujeitas a Qualquer Forma de Detenção ou Prisão</u> | 1988 | Aprova o Conjunto de Princípios para a Proteção de Todas as pessoas Sujeitas a Qualquer Forma de Detenção ou Prisão. |
| <u>Princípios Básicos Relativos ao Tratamento de Reclusos</u> | 1990 | Adotados e proclamados pela Assembléia Geral das Nações Unidas na sua resolução 45/111, de 14 de Dezembro de 1990. |
| <u>Protocolo de Istambul</u> | 2001 | Manual para investigação e documentação eficazes da tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. |

| <i>MARCOS NACIONAIS</i> | | |
|---|------|---|
| Publicação/Origem | | Ementa |
| <u>PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS I</u> | 1996 | O Programa enumera as propostas de ações governamentais, a fim de fortalecer a democracia, promover e aprimorar o sistema de proteção aos direitos humanos. |
| <u>PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS II</u> | 2002 | Atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos. O PNDH II deixa de circunscrever as ações propostas a objetivos de curto, médio e longo prazo, e passa a ser implementado por meio de planos de ação anuais, os quais definirão as medidas a serem adotadas, os recursos orçamentários destinados a financiá-las e os órgãos responsáveis por sua execução. |
| ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA: UMA ABORDAGEM DE DIREITOS HUMANOS - MANUAL PARA SERVIDORES PENITENCIÁRIOS | 2002 | Resultante da cooperação entre a Embaixada Britânica e o Ministério da Justiça na área de melhoria da administração penitenciária. O objetivo do Manual é “criar melhores condições para os presos e servidores e aumentar a confiança e respeito pelo sistema penitenciário brasileiro.” |
| <u>Plano Nacional de Segurança Pública</u> | 2003 | Proposta do Plano Nacional de Segurança Pública, que prevê a implantação do Sistema Único de Segurança Pública, e tem como objetivo implantar uma polícia moderna, ágil e eficiente - única maneira de reprimir a onda de violência que assola, em maior ou menor grau, todas as regiões do País. |
| <u>PLANO NACIONAL DE SAÚDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO</u> | 2003 | Destina-se a prover a atenção integral à saúde da população prisional confinada em unidades masculinas e femininas, bem com as psiquiátricas. |
| <u>PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS</u> | 2006 | Versão atual do PNEDH. A estrutura do documento estabelece concepções, princípios, objetivos, diretrizes e linhas de ação, contemplando cinco grandes eixos de atuação: Educação Básica; Educação Superior; Educação Não-Formal; Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública e Educação e Mídia. |
| <u>Sistema Penitenciário no Brasil: Dados Consolidados - DEPEN</u> | | Publicação do Ministério da Justiça, que fornece um diagnóstico do sistema prisional brasileiro. |

2. Marcos Legais

| Tipo | Ident. | Data | Órgão | Ementa |
|---------------------------|-----------------------|----------|-------|---|
| Decreto-Lei | 2.848 | 07/12/40 | PR | Institui o Código Penal. |
| Lei | 7.170 | 14/12/83 | PR | Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. |
| Lei | 7.210 | 11/07/84 | PR | Institui a Lei de Execução Penal. |
| Lei | 8.072 | 25/07/90 | PR | Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. |
| Lei | 8.137 | 27/12/90 | PR | Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências. |
| Lei Complementar | 79 | 07/01/94 | PR | Cria o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), e dá outras providências. |
| Resolução | 14 | 11/11/94 | CNPCP | Trata das regras mínimas para tratamento dos presos no Brasil. |
| Resolução | 01 | 20/03/95 | CNPCP | Aplicação das Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil. |
| Lei | 9.034 | 03/05/95 | PR | Dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas. |
| Lei | 9.296 | 24/07/96 | PR | Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal. |
| Lei | 9.455 | 07/04/97 | PR | Define os crimes de tortura e dá outras providências. |
| Lei | 9.503 | 23/09/97 | PR | Institui o Código Brasileiro de Trânsito e prevê os crimes praticados por condutores de veículos automotores. |
| Lei | 9.605 | 12/02/98 | PR | Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. |
| Lei | 9.613 | 03/03/98 | PR | Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências. |
| Resolução | 05 | 19/07/99 | CNPCP | Dispõe sobre as Diretrizes Básicas de Política Criminal e Penitenciária, e dá outras providências. |
| Portaria | 153 | 27/02/02 | MJ | Institui, no âmbito da Secretaria Nacional de Justiça, o Programa Nacional de Apoio e Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas. |
| Resolução | 07 | 14/04/03 | CNPCP | Diretrizes Básicas para as Ações de Saúde nos Sistemas Penitenciários. |
| Portaria Interministerial | 1.777 | 09/09/03 | MS/MJ | Aprova o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário e define financiamento. |
| Resolução | 15 | 10/12/03 | CNPCP | Dispõe a respeito da criação da CENAE – Central Nacional de Apoio ao Egresso, no âmbito do CNPCP – |

| Tipo | Ident. | Data | Órgão | Ementa |
|-----------|-----------------------|----------|-------|--|
| | | | | Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. |
| Resolução | 16 | 17/12/03 | CNPCP | Dispõe sobre as Diretrizes Básicas de Política Criminal quanto à prevenção do delito, administração da justiça criminal e execução das penas e das medidas de segurança. |
| Resolução | 03 | 04/05/04 | CNPCP | Recomenda a adoção do Programa “De volta para Casa” do Ministério da Saúde. |
| Resolução | 05 | 09/05/06 | CNPCP | Sugerir as metas e prioridades da política criminal e penitenciária. |
| Decreto | 6.049 | 27/02/07 | PR | Aprova o Regulamento Penitenciário Federal. |